



## NY, A CIDADE QUE NÃO DORME

Primavera transforma a Big Apple em um cenário ainda mais vibrante. Por Paulo Alonso, **página 2**



## VAL CEASA RECUSA INDICAÇÃO PARA TCE

O deputado diz que foco é a reeleição para Alerj. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



## AS VERGONHAS DA COPA

Polêmicas protagonizadas por Trump e relevadas por Infantino. Por Bayard Do Coutto Boiteux, **página 3**

## AGU pede condenação de fabricantes de cigarro

A Advocacia-Geral da União (AGU) reforçou o pedido de condenação das maiores fabricantes de cigarros do Brasil e suas matrizes estrangeiras a ressarcir os gastos da rede pública de saúde com tratamentos de doenças causadas pelo tabaco.

A manifestação foi feita em alegações finais na ação civil pública apresentada pela AGU à Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Após a etapa de alegações finais, as rés (empresas de tabaco) e o Ministério Público devem se manifestar e, então, o processo estará pronto para que seja emitida a sentença.

São rés na ação as maiores fabricantes de cigarros do Brasil: Souza Cruz, Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. e Philip Morris Brasil S/A, que juntas detêm aproximadamente 90% do mercado nacional de fabricação e comércio de cigarros; e suas controladoras internacionais (British American Tobacco PLC e Philip Morris International).

Na ação, ajuizada em 2019, a AGU argumentou que as atividades das fabricantes de cigarros, embora lícitas, provocam custos suportados por toda a sociedade brasileira. O pedido de ressarcimento é construído sob o argumento de que mesmo atividades lícitas podem causar danos a terceiros, tal como atividades lícitas que, por exemplo, causam danos ambientais.

“Todo brasileiro, fumante ou mesmo não fumante, é vítima dos danos aqui tratados, visto que todo brasileiro é financiador e usuário do Sistema Único de Saúde”, diz trecho das alegações finais.

A partir de 1994, os estados que compõem os Estados Unidos começaram a ajuizar ações com o mesmo intuito contra as principais fabricantes de cigarros. Parte dos processos culminou com a assinatura de um acordo com 46 estados, em que as empresas se comprometeram a realizar pagamentos perpétuos àquelas unidades federadas e a se submeter a medidas de restrições, como quanto a formas de publicidade.

Como resultado desses processos, somente desde 2019, tempo em que tramita a ação de ressarcimento brasileiro, a indústria do cigarro já pagou mais de US\$ 44 bilhões aos estados norte-americanos e à população daquele país, o que corresponde a aproximadamente R\$ 220 bilhões.

## Economia global deve ter pior ano desde a pandemia

### Banco Mundial reduz previsão de alta em 2026 para 2,5%

O Banco Mundial reduziu, nesta quinta-feira, sua previsão de crescimento global para 2,5% em 2026, ante 2,9% em 2025, marcando a menor taxa desde o final de 2019, antes da pandemia.

Para o Brasil, a previsão é de crescimento de 1,9%, abaixo da taxa média projetada para a América Latina e Caribe (2,2%). Turbinada pelas receitas do petróleo, a estimativa é que a economia da Guiana cresça 16,3%.

O relatório semestral do banco, Perspectivas da Economia Global, citou preços de energia mais altos, inflação mais acentuada e aumento dos custos de empréstimo em meio ao conflito no Oriente Médio como motivos para o corte no crescimento.

Os riscos de queda são significativos, alertou o relatório. O crescimento global pode desacelerar ainda mais, para 2,1%, se as interrupções

no fornecimento de energia durarem mais tempo e os preços do petróleo atingirem uma média de US\$ 115 por barril este ano, elevando a inflação para 4,4%; ou piorar para 1,3% se o choque energético afetar os mercados financeiros.

O relatório reduziu a previsão de crescimento para dois terços dos países em comparação com o relatório de janeiro deste ano, com os países do Golfo sofrendo os maiores cortes, de 3,9% em 2025 para perto de zero em 2026.

Espera-se que o Sul da Ásia tenha o crescimento mais forte de qualquer região, com 6,3% em 2026, ainda uma desaceleração em relação aos 7% em 2025.

O relatório manteve sua previsão de crescimento de 2,2% para a economia dos EUA em 2026, embora tenha observado que esse número pode cair para 2,1% em 2027 e 2% em 2028.

A economia da Zona do Euro

deve crescer 0,8% em 2026, abaixo dos 1,4% em 2025. O Produto Interno Bruto (PIB) do Japão deve crescer 0,7% em 2026, abaixo dos 1,1% em 2025.

O relatório espera que o crescimento global melhore para 2,8% em 2027, mas esse patamar permanecerá 0,4 ponto percentual abaixo da média da década de 2010.

Embora os riscos continuem inclinados para o lado negativo em meio à escalada das hostilidades, novas interrupções no mercado de commodities e tensões geopolíticas adicionais, o banco considera que a ação política é fundamental.

Globalmente, o Banco Mundial insta os países envolvidos a salvaguardarem a segurança energética e alimentar e a avançarem na transição energética; internamente, insta todos os países a controlarem a inflação, fortalecerem a sustentabilidade fiscal e apoiarem a criação de empregos.



JC Cardoso

## Cesta básica aumentou nas 27 capitais em maio e alta supera inflação em 12 meses

Em maio, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em todas as capitais brasileiras, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Dieese em parceria com a Conab.

Entre abril e maio de 2026, as elevações mais importantes ocorreram em Recife (8,05%) e Florianópolis. São Paulo foi a capital em que o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 952,20), seguida por Cuiabá (R\$ 925,49), Rio de Janeiro (R\$ 914,48) e Florianópolis (R\$ 913,43).

A comparação dos valores da cesta, entre maio de 2025 e maio

de 2026, mostrou que quase todas as cidades pesquisadas tiveram alta de preço, com variações entre 0,79%, em Boa Vista, e 14,29%, em Recife. A única taxa negativa foi observada em São Luís (2,52%). Ampla maioria superou a inflação registrada pelo IPCA-15 no período, que ficou em 4,64%.

No acumulado do ano, ou seja, entre dezembro de 2025 e maio de 2026, todas as capitais registraram alta nos preços da cesta básica, com taxas que oscilaram entre 3,45%, em São Luís, e 21,94%, em Recife.

Em maio de 2026, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$

7.999,44 ou 4,93 vezes o mínimo reajustado em R\$ 1.621. Em abril, o valor necessário era de R\$ 7.612,49 e correspondeu a 4,70 vezes o piso mínimo. Em maio de 2025, o mínimo necessário deveria ter ficado em R\$ 7.528,56 ou 4,96 vezes o valor vigente na época, que era de R\$ 1.518.

Em maio de 2026, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica nas 27 capitais foi de 105 horas e 50 minutos, maior do que o registrado em abril, quando ficou em 100 horas e 52 minutos. Já em maio de 2025, considerando as 27 capitais analisadas, a jornada média foi de 104 horas e 47 minutos.

## BCE eleva juros na Europa após nova alta da inflação

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu, nesta quinta-feira, aumentar todas as três taxas de juros principais em 25 pontos base (0,25 ponto percentual).

A taxa da facilidade de depósito, por meio da qual o BCE orienta a política monetária, será elevada para 2,25%, e as taxas das principais operações de refinanciamento e da facilidade marginal de empréstimo serão de 2,4% e 2,65%, respectivamente, informou o BCE em um comunicado à imprensa.

“A guerra no Oriente Médio está gerando pressões inflacionárias, e a decisão de aumentar as taxas é sólida em uma série de cenários que descrevem como o choque pode evoluir e afetar as perspectivas de médio prazo para a Zona do Euro”, afirmou o BCE.

O aumento da taxa de juros pelo BCE ocorreu em um momento em que a inflação na Zona do Euro estava em alta, impulsionada principalmente pelo aumento dos preços da energia devido ao conflito com o Irã.

Em suas últimas projeções, divulgadas na quinta-feira, o BCE revisou para cima suas previsões de inflação para 2026 e 2027 em comparação com a previsão de março. A inflação geral deverá agora atingir uma média de 3% em 2026 e 2,3% em 2027, acima das projeções anteriores de 2,6% e 2%, respectivamente.

“As perspectivas permanecem incertas, com riscos de alta para a inflação e riscos de baixa para o crescimento econômico”, afirmou o BCE.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,1152
Dólar Turismo	R\$ 5,3081
Euro	R\$ 5,9241
Iuan	R\$ 0,7626
Ouro (gr)	R\$ 691,22

### ÍNDICES

IGP-M	0,84% (maio) 2,73% (abril)
IPCA-E	RJ (março) 0,46% SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

# Nova York, a cidade que não dorme

Por Paulo Alonso

Conhecida como a Big Apple, por abrigar gente dos cinco cantos do mundo, Nova York, nessa época do ano, em plena primavera, é ainda mais sensacional. O Central Park, com o charme das carruagens e com uma paisagem de tirar o fôlego, está ainda mais florido e encantador e as proximidades do Rockefeller Center encantam com as cores das rosas e o perfume que dela exalam.

Essa metrópole de fato nunca dorme, conforme preconizada na música do lendário Frank Sinatra, New York, New York, de 1977, “city that doesn’t sleep”. E o que não falta nessa cidade cosmopolita são atrações e das mais diversas, desde os espetáculos de neon na Times Square e na Broadway, passando por seus numerosos teatros, sempre cheios e com peças incríveis, dramas, musicais, infantis, dentre outros gêneros, até os recém-inaugurados rooftops, com bares nos topos dos seus prédios.

O Summit One Vanderbilt, bem ao lado da Grand Central Terminal, (imperdível o restaurante La Brasserie) é o observatório mais novo e hypado de NYC. Não é só mirante – é uma experiência imersiva com espelhos, arte e vidro, que mistura arte, paisagem e adrenalina. São três andares de experiência: no 91º andar estão salas infinitas de espelho do chão ao teto, Levitation; no 92º andar, duas caixas de vidro suspensas a 335m de altura. Você pisa no vidro e vê as ruas lá embaixo.

Ascent é um elevador externo de vidro e que sobe até 368m de altura. Em Affinity, são encontradas salas imensas com bolas flutuantes multicoloridas gigantes para brincar. No terraço externo, no 93º andar, fica um bar com uma vista magnífica de onde se pode contemplar os principais

pontos turísticos da cidade e admirar os arranha-céus. A dica é visitar o local no pôr do sol.

O Edge é o observatório mais radical de Nova York. Fica no Hudson Yards e é puro frio na barriga. Edge é o deck ao ar livre mais alto do Hemisfério Ocidental. Uma plataforma triangular que sai do prédio 30 Hudson Yards, deixando o visitante literalmente suspenso no céu a 335m de altura, no 100º andar. O piso é de vidro e se vê a rua 100 andares lá embaixo. Dá medinho mesmo. As paredes são inclinadas e o vidro é angulado para fora. Dá para encostar e ver direto para baixo, na Eastern Point, a ponta do triângulo. Tem-se a sensação de flutuar sobre Manhattan Skyline Seats, em um panorama de 360º, oeste-leste, observando-se o Empire State, One World Trade, Central Park, Estátua da Liberdade, Rio Hudson.

Já o Vessel é aquela escada gigante em forma de colmeia/favo de mel, também no Hudson Yards. É uma estrutura de 16 andares e 46 metros de altura feita só de escadas interligadas. Fica na praça pública do Hudson Yards, em Manhattan. São 154 lances de escada, com 2.500 degraus e 80 patamares para subir. O designer Thomas Heatherwick, o mesmo do Rolling Bridge, em Londres, é autor do projeto, que teve um custo de US\$ 200 milhões. Diz-se que a inspiração veio dos antigos poços indianos. Parece um vaso, uma colmeia, ou algo de filme de ficção científica. É um dos lugares mais fotografados de NYC. Vessel é uma escultura polêmica, linda e instagramável e segura.

Caminhar pela High Line, o parque suspenso mais famoso de NYC, em uma antiga linha de trem abandonada é espetacular. Virou um gigantesco jardim linear no meio da cidade. Na realidade, é um parque público elevado de 2,3 km construído numa antiga linha férrea

da New York Central Railroad. Vai do Meatpacking District até Hudson Yards, com uma extensão de 1,45 milhas/2,33 km, em uma altura de 9 metros acima da rua, assinado pelo arquiteto James Corner Field.

Na caminhada, o visitante vai contemplando mais de 500 espécies de plantas. É “jardim selvagem”, de onde se avista o Empire State, Hudson River, arquitetura de Chelsea, Vessel e o Edge. Há, nesse trajeto, cerca de um milhão de lugares para sentar e ver a vida simplesmente passar. Era uma linha de carga dos anos 1930, abandonada em 1980. Quase virou demolição. Transformou entulho industrial em parque mais visitado de NYC – um verdadeiro oásis no meio de Manhattan.

## Primavera transforma a Big Apple em um cenário vibrante

O MoMA, Museum of Modern Art, é o museu de arte moderna mais importante do mundo, que recebe anualmente cerca de três milhões de visitantes. Fica em Midtown. Mais de 150 mil obras de 1880 até hoje podem ser apreciadas: pinturas, esculturas, fotos, designs, cinemas e performances. Algumas das obras mais icônicas e celebradas do mundo estão lá expostas, como a *A Noite Estrelada*, de Van Gogh; *Les Femmes d'Alger*, de Picasso; *Nenúfares*, de Monet; *A Persistência da Memória*, de Salvador Dalí; *Campbell's Soup Cans*, de Andy Warhol; *Autorretrato, com cabelo cortado*, de Frida Kahlo. Algumas boas horas devem ser dedicadas a esse museu de seis andares. É onde se vê ao vivo as obras que mudaram a arte do século 20.

O Central Park é o coração verde de Manhattan. Maior que o Principado de Mônaco, criado entre

1857-1876, pelos arquitetos Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux. São 42 milhões visitantes por ano. Era área de vilas com imigrantes irlandeses e afro-americanos livres. A cidade desapropriou tudo em 1850 para criar o parque. Olmsted venceu o concurso e declarou: “O parque será pra todos, não só para os ricos”.

Foi o primeiro grande parque público paisagístico dos Estados Unidos e virou modelo para o mundo. Lá há vários lugares icônicos para conhecer, como o Bethesda Terrace e Fountain, no coração do parque; Angel of Waters; Bow Bridge, ponte de ferro fundido mais romântica; Strawberry Fields – Memorial John Lennon. “Imagine” no mosaico; Belvedere Castle; Shakespeare Garden, só plantas citadas nas obras dele; Alice in Wonderland, uma estátua de bronze para escalar; e a Jacqueline Kennedy Onassis, pista de 1,58 milha para correr. São 36 pontes e arcos, e nenhuma igual a outra. Lá vivem 280 espécies de aves e 25 mil árvores plantadas. O Central Park é a cidade que não dorme parando para respirar.

Para quem é católico, uma visita à St. Patrick’s Cathedral, igreja neogótica mais famosa dos Estados Unidos, na 5ª Avenida, de frente para Rockefeller Center, é parada obrigatória. Foi erguida entre os anos de 1858-1878, criada pelo arquiteto James Renwick Jr. Tem 101m de comprimento x 53m largura, com torres de 100m de altura, e capacidade para 2.400 pessoas sentadas. É a maior catedral católica neogótica da América do Norte e sede do Arcebispo de NYC, atual Cardeal Timothy M. Dolan. Abriga 103 vitrais, um órgão de 7.855 tubos, 19 sinos na torre norte e 12 capelas laterais.

Depois de visitar essa impressionante catedral, chegou o momento de ir ao The Oculus, uma estação/shopping futurista do

World Trade Center. Parece um esqueleto gigante ou pássaro abrindo as asas, projetada pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, ao custo de \$4 bilhões de dólares, é a estação de trem mais cara do mundo. 350 pés de comprimento e 115 pés de largura. 96 pés de altura. As asas chegam a 168 pés/51m de altura.

Calatrava desenhou esse espaço como “pássaro sendo solto da mão de uma criança”, símbolo de esperança pós 11 de setembro. As costelas de aço branco parecem asas abrindo. Todo 11 de setembro, das 8h46 às 10h28, o sol se alinha com a claraboia central. Um feixe de luz chamado “Wedge of Light” cruza o piso marcando o horário dos ataques às Torres Gêmeas.

Little Island é um parque flutuante, com 132 “tulipas” (parecem cogumelos gigantes) de concreto segurando um jardim sobre o Rio Hudson, sobre 280 estacas. Cada pote vai de 4,6m a 18,9m de altura. Lá são vistas 350 espécies de plantas e 114 árvores de 35 tipos, algumas chegando a 18m de altura, além de 65 tipos de arbustos, 290 de flores. Há um anfiteatro com 687 lugares, onde são realizados shows, dança, teatro, intensa programação em todo o ano.

Há um mirante, com vista para o One World Trade, Empire State, Hudson Yards e Hoboken. Cada ponto dá um ângulo diferente. O solo e as plantas foram pensados para reduzir a erosão e aguentar a maré. Refúgio para pássaros e polinizadores no meio do rio. Fica a 5 min do Whitney Museum e da High Line. Little Island é parque, jardim botânico, teatro e esculturas por todos os lados. De graça, no rio, com vista de cartão-postal.

Navegar pelo Rio Hudson e ver a cidade da água é algo mágico e sedutor. Avista-se a imponente Estátua da Liberdade, pontes, tudo junto e sem multi-

plano. Também se contorna a Brooklyn Bridge, com quase dois quilômetros, a ponte de suspensão mais icônica de NYC, aberta em 1883 e conecta Manhattan a Brooklyn, cruzando o East River. Foi a ponte suspensa mais longa do mundo quando abriu e primeira a usar cabos de aço. Do Dumbo, tem-se a melhor visão da ponte, hoje aberta para ciclistas e pedestres. O melhor horário para se passar por ela é no nascer do sol, das 5h às 7h, pois está sempre vazia, luz dourada e foto sem multidão.

A Times Square é o cruzamento mais famoso do mundo. Luz, neon, caos, telões e 330 mil pessoas por dia. One Times Square é onde a bola desce na virada do Ano Novo. A Broadway abriga 41 teatros que vivem lotados. *The Lion King*, *Hamilton*, *Wicked*, *Moulin Rouge* e *Michael Jackson* são alguns dos espetáculos em cartaz. A Broadway é Nova York no seu melhor estilo: talento, música, história ao vivo. Tem show para todo gosto – de Disney a drama pesado. Os preços dos ingressos não são muito baratos, mas a experiência é única.

Claro que, além de tantas diversões, de restaurantes para todos os gostos e bolsos, a cidade é um polo atraente de compras, com lojas grifadas e internacionalmente conhecidas, abrigando também lojas de departamentos, como a Macy’s, maior e mais popular, com 200 mil metros quadrados distribuídos em 11 andares, e a Bloomingdale’s, menor e mais luxuosa, com nove andares, fundada em 1861.

Visitar Nova York é sempre muito agradável e em qualquer estação, mas estar na Big Apple, em junho, é poder apreciar as flores, sentir o cheiro exalando das plantas e poder caminhar sem as grandes multidões do alto verão. Afinal, não é uma cidade. É um mundo.

Paulo Alonso é jornalista.

# Monitor Mercantil



**Monitor Mercantil S/A**  
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**  
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

**Serviços noticiosos:**  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/signaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



## NOVOS TEMPOS



**Bayard Do Coutto Boiteux**  
professorbayardturismo@gmail.com

## As vergonhas da Copa

Falando em Copa, algumas medidas tomadas pelo governo Trump para a Copa são, no mínimo, vergonhosas: a presença do ICE nos estádios, a proibição de um árbitro somali de entrar no país, o controle excessivo das seleções do Senegal e do Uzubequistão na chegada, a dificuldade de obter visto para vários torcedores, o pagamento de caução para alguns torcedores e as restrições ao time do Irã e sua equipe técnica...

## Banheiro solidário

A paróquia São Francisco de Assis, em Porto Alegre, acaba de inaugurar seu banheiro solidário, destinado a oferecer higiene, acolhida e dignidade para pessoas em situação de rua, atendidas pela comunidade. Instalado em um contêiner adaptado, que permite banho, inclusive quente, vem complementar a distribuição de alimentação. Viva a solidariedade.

## Homenagem em Nova York

Às vésperas da Copa, o cruzamento da Rua 50 com a Sexta Avenida ganhou o nome de Thierry Henry, o famoso jogador francês, que ajudou a popularizar o futebol nos EUA.

## Ocupação indevida das calçadas

Uma operação da Prefeitura da Zona Sul, em Copacabana e Botafogo, aplicou R\$ 21 mil em multas por ocupação indevida das calçadas. A falta de respeito em todos os bairros precisa ser urgentemente fiscalizada continuamente. Pedestres e cadeirantes estão sendo jogados na rua.

## Aumento de eleitores no Brasil

O Brasil ganhou 32.951.520 novos eleitores nos últimos 20 anos. Um aumento de 26,17%. Hoje são 158.864.999 votantes.

## O Brasil em Paris

No próximo dia 20 de junho, o Brasil invade Paris. A 12ª edição do Marché Brésilien, na Praça Monge, vai reunir gastronomia, música ao vivo, arte e energia contagiante, das 10h às 20h.

## Sites para endividados

Susep, Jus Brasil, Registrato, Banco Central e consumidor.gov.br são os mais importantes. É possível, inclusive, negociar as dívidas.

## Nova peça

A história do professor Igor Mendes, preso por liderar as manifestações de 2013, será levada aos palcos por Fernando Ceylão. Estrelado por Vino Fragoso, a estreia é dia 2 de julho, no Teatro Poeira.

## Frase da semana

“A democracia não pretende criar santos, mas fazer justiça.” – *Paulo Freire*

# Tramitação da PEC do fim da 6x1 é travada no Senado

## Alcolumbre não marcou reunião de líderes para discutir tema

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), travou a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 no Brasil ao manter o texto na Mesa Diretora da Casa, sem despachar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), disse que não recebeu informação sobre a data de envio da PEC à Comissão. Uma reunião entre Otto e Alcolumbre, prevista para esta semana, foi desmarcada pelo presidente do Senado. Procurada, a assessoria de Alcolumbre não comentou o tema da reportagem.

O presidente do Senado também não marcou a reunião de líderes para discutir a pauta. O encontro costuma ocorrer semanalmente. Na semana passada, Alcolumbre afirmou, no plenário, que discutiria a tramitação da PEC do fim da 6x1 na reunião de líderes. Além de instituir a obrigatoriedade de dois dias de descanso remunerado para os trabalhadores por semana, a PEC 221 de 2019

reduz a jornada de trabalho no Brasil das atuais 44 horas para 40 horas semanais.

### Estratégia de adiar

A cientista política e professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana avalia que o adiamento dessa definição reflete preocupações sobre os impactos econômicos e sobre a resistência, principalmente nos setores empresariais, em relação à redução da jornada de trabalho no Brasil. “É o ano eleitoral. Sobre um tema com essa repercussão social, as lideranças preferem administrar esse tempo da discussão evitando assumir cursos políticos imediatos.”

Pesquisas sobre os impactos da PEC na economia têm divergido em relação às consequências para inflação, o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego. De acordo com especialista, a postergação da discussão da PEC sugere que Alcolumbre ainda não tomou decisão política sobre a tramitação, mas pondera que isso não significa rejeição definitiva ao mérito da proposta.

“A simples existência de apoio social não garante a tramitação. O presidente da Casa possui os instrumentos para poder definir a prioridade e o ritmo da agenda. Ele está mantendo esse tema sob o controle dele, como presidente do Senado, enquanto as negociações mais amplas continuam nos bastidores.”

### PEC da oposição

Segundo a Agência Brasil, enquanto não despacha a PEC do fim da escala 6x1, Alcolumbre enviou à CCJ a PEC alternativa ao fim da 6x1, apresentada pela oposição, que mantém a atual escala de trabalho no Brasil e permite a contratação por hora trabalhada. Lideranças governistas esperam votar a PEC do fim da 6x1 que veio da Câmara, sem alterações, ainda neste semestre, antes do recesso Legislativo, que começa no dia 18 de julho, intercalado com São João e Copa do Mundo.

Durante as sessões do plenário do Senado desta semana, senadores governistas cobraram a tramitação da PEC. “É exigível que nós assim o façamos o mais

breve possível, quiçá bem antes, até o final deste mês das conclusões do nosso primeiro semestre, no dia 17 de julho”, destacou o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

A líder do PT no Senado, senadora Teresa Leitoa (PT-PE), também pediu prioridade à PEC que institui a escala 5x2 no Brasil. “O Senado precisa priorizar esse tema, que é, sim, uma prioridade do país, que se pretende grande, civilizado e desenvolvido, por trabalho digno e valorização dos trabalhadores e trabalhadores assalariados.”

Por outro lado, o senador da oposição Hermes Klann (PL-SC) criticou a PEC. “(A proposta) reduz a jornada de trabalho sem apresentar solução para compensar os custos dessa mudança. A conta não desaparece, alguém vai pagar. E, como sempre, quem paga é a própria população.”

O senador Romário (PL-RJ), mesmo da oposição, defendeu a medida. “Serei sempre favorável a qualquer medida que vise a garantir mais direitos aos nossos trabalhadores”, discursou na tribuna.

## Cessão de precatórios federais deverá ser informada à AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) estabeleceu novas regras para a comunicação da venda ou transferência de precatórios envolvendo a União, autarquias e fundações federais. De acordo com a Portaria Normativa 225, de 9 de junho de 2025, assinada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, a cessão desses créditos deverá ser obrigatoriamente informada ao órgão, mesmo quando já comunicada ao Poder Judiciário.

Publicada no *Diário Oficial da União* desta quarta-feira, a medida regulamenta o disposto no artigo 100, parágrafo 14, da Constituição Federal. Segundo Messias, a iniciativa busca ampliar o controle sobre esse tipo de operação. “Ao receber essa informação diretamente dos credores, a União e as demais entidades públicas federais terão um controle mais eficaz dessas transações”, afirmou.

A norma entrará em vig-

or em até 180 dias, prazo necessário para que a AGU disponibilize um sistema eletrônico padronizado para o recebimento e processamento das comunicações. Também deverão ser informadas cessões realizadas antes da publicação da portaria, incluindo transferências sucessivas de créditos ainda não quitados.

A AGU destaca que, segundo o texto constitucional, a cessão de precatórios “somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor”.

Precatórios são ordens de pagamento expedidas pela Justiça após decisão definitiva, obrigando o poder público a quitar dívidas. Nos últimos anos, houve crescimento expressivo no volume dessas obrigações. Em 2021, foram registrados 113 mil precatórios da União, totalizando R\$ 28,8 bilhões. Em 2022, o número subiu

para 157,6 mil, somando R\$ 60 bilhões.

O aumento dos valores impulsionou o mercado de cessão de créditos. Levantamento da Justiça Federal em São Paulo identificou crescimento significativo dessas operações na 3ª Região, que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul. Entre janeiro e setembro de 2025, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região registrou 2.362 cessões.

O estudo também apontou práticas como cessões sucessivas entre empresas, venda de créditos ao próprio advogado da causa, transferências realizadas antes da definição do valor e questionamentos sobre a regularidade das transações.

De acordo com nota técnica do Centro Local de Inteligência da Justiça Federal em São Paulo, o país vive atualmente um “mercado de precatórios”, com atuação de agentes especializados na compra desses ativos. Esse processo envolve es-

truturas empresariais específicas e aquisição em larga escala de créditos.

A análise indica ainda que essas operações podem caracterizar relações de consumo, nas quais o comprador atua como fornecedor e o vendedor como consumidor — interpretação que pode influenciar o controle judicial sobre a validade das cessões.

Atualmente, a comunicação das cessões é feita apenas ao Judiciário, responsável por notificar os entes públicos devedores. Com a mudança, o procedimento passa a atender integralmente a exigência constitucional, que condiciona a eficácia da cessão à comunicação tanto ao tribunal de origem quanto ao ente federativo devedor.

A AGU ressalta, no entanto, que o envio das informações não implica reconhecimento da validade da operação nem da existência ou disponibilidade do crédito.

## DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Rafael Wallace/Alerj



Deputado Val Ceasa

## Val Ceasa recusa indicação para o TCE

O deputado Val Ceasa, presidente do diretório municipal do PRD, negou a indicação de colegas da Alerj para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE). O parlamentar afirmou que está trabalhando pela reeleição e na nominata do PRD para as eleições. Ele prevê que o partido deva eleger pelo menos quatro deputados estaduais. Val diz que pesquisas o colocam entre os mais votados do estado para a Alerj, com cerca de 100 mil votos. Na eleição passada, o deputado foi eleito com mais de 60 mil votos.

## Elétricos em condomínios

O deputado Rafael Nobre (União) é o autor do projeto de lei, em tramitação na Alerj, que regulamenta a recarga de veículos elétricos em condomínios. A proposta assegura aos proprietários, locatários e possuidores de unidades autônomas em condomínios o direito de instalar pontos de recarga para veículos elétricos e híbridos plug-in em vagas de garagem de sua titularidade ou de uso exclusivo. O projeto ainda não tem data para ser votado em plenário.



Ex-governador Wilson Witzel

## Ele voltou

Como essa Coluna já tinha antecipado, o ex-governador Wilson Witzel será candidato ao Governo do Estado mais uma vez, agora concorrendo pelo Democrata.

## Debandada

Pelo menos 26 vereadores cariocas devem disputar as eleições deste ano. Isso representa mais da metade da composição da Casa, que conta com 51 vereadores. Três deles sonham alto e vão se candidatar a uma vaga no Senado. Os suplentes aplaudem e torcem pelo sucesso dos pré-candidatos.

## Fundo partidário

Nas eleições deste ano os partidos políticos terão R\$ 4,9 bilhões para gastar nas campanhas eleitorais. O dinheiro vem do fundo eleitoral instituído em 2017, quando as doações empresariais para campanhas políticas foram proibidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cabe agora ao TSE fazer a distribuição aos diretórios nacionais dos partidos.

# Namorados: 114 milhões de brasileiros devem presentear

O Dia dos Namorados deve movimentar o comércio, os restaurantes e as redes sociais neste ano. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, realizada em parceria com a Question-Pro, 91% dos brasileiros que estão em um relacionamento pretendem presentear a pessoa amada. O percentual representa cerca de 114 milhões de pessoas e supera o registrado em 2025, quando 69% afirmaram ter comprado presentes para a ocasião.

Entre aqueles que pretendem presentear, a maioria ainda não realizou a compra: 75% dizem que têm intenção de comprar, mas ainda não adquiriram o presente, enquanto 16% afirmam que já compraram. Apenas 9% dizem que não pretendem comprar presente para a data.

Roupas e acessórios lideraram a lista de presentes preferidos para a data, itens mencionados por 57% dos entrevistados que compra-

ram ou pretendem comprar presentes. Chocolates aparecem em segundo lugar, com 41%, seguidos por cosméticos, como perfumes, maquiagens e cremes, citados por 35%. Também aparecem entre as principais escolhas cestas de café da manhã ou itens gourmet (33%), calçados (29%) e flores (23%).

Além dos itens mais tradicionais, a pesquisa mostra que o presente de Dia dos Namorados também pode assumir formas ligadas à experiência e ao cuidado. Viagens são mencionadas por 18% dos brasileiros que compraram ou pretendem comprar presentes, enquanto serviços de relaxamento, spa, salão de beleza e massagens aparecem com 16%.

Além dos presentes, o Dia dos Namorados também deve mobilizar comemorações. Quase todos os brasileiros que estão em um relacionamento (94%) afirmam que pretendem fazer alguma atividade especial

com o parceiro(a) na data. Comer fora aparece como principal escolha, mencionada por 37%, seguida por sair para atividades como cinema, passeio ou motel (30%) e preparar um almoço ou jantar especial em casa (16%).

Entre aqueles que pretendem almoçar ou jantar fora, churrascarias e restaurantes italianos dividem a liderança das preferências. Restaurantes de culinária brasileira aparecem logo depois, seguidos por restaurantes japoneses, pizzarias e redes de fast food. O dado mostra que a comemoração fora de casa combina escolhas mais tradicionais, experiências gastronômicas e alternativas mais acessíveis para celebrar a data.

As preferências por restaurantes também variam conforme a classe social. Churrascarias têm maior adesão entre os brasileiros das classes DE e C, enquanto restaurantes de culinária italiana e japonesa se desta-

cam nas classes AB. Na classe C, além das churrascarias, também ganham relevância os restaurantes de culinária brasileira e as pizzarias.

As redes sociais também devem fazer parte da celebração. Segundo o levantamento, 73% dos entrevistados que estão em um relacionamento pretendem fazer alguma postagem para comemorar o Dia dos Namorados, com fotos ou mensagens de homenagem. O comportamento é mais forte entre os jovens: entre a Geração Z, de 18 a 30 anos, o índice chega a 80%.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas digitais por autopreenchimento, com 1.000 brasileiros de 18 anos ou mais, entre os dias 29 de abril e 6 de maio de 2026. A amostra é nacional e foi ponderada por gênero, faixa etária, escolaridade e classe cruzadas por região, conforme parâmetros da PNAD Anual, do IBGE. A margem de erro é de 3,1 pontos percentuais.

## Cesta de Festa Junina fica 4,62% mais barata em 2026

Os consumidores brasileiros encontraram um cenário mais favorável para montar a tradicional cesta de produtos consumidos nas festas juninas em 2026. Levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostra que os itens típicos do período ficaram, em média, 4,62% mais baratos nos 12 meses encerrados em maio.

O resultado contrasta com a inflação medida pelo IPC-FIPE Índice Geral, que acumulou alta de 3,65% no mesmo período. Na prática, os produtos tradicionalmente consumidos nas festas juninas tiveram com-

portamento diferente do observado no conjunto da economia, oferecendo um alívio ao bolso dos consumidores.

Entre os itens que mais contribuíram para a redução do custo da cesta estão o arroz (-15,58%), a maçã (-5,13%), a farinha de trigo (-3,12%) e o leite condensado (-0,38%).

Por terem maior peso no cálculo da cesta, esses produtos compensaram os aumentos registrados em outros itens típicos das festividades, como abóbora (31,41%), coco ralado (6,48%) e bombom (6,15%).

Segundo Guilherme Moreira, coordenador do IPC-

-FIPE, a queda é explicada, em grande parte, pela base de comparação elevada do ano passado. “Em 2025, diversos alimentos ainda refletiam os impactos das adversidades climáticas registradas entre o final de 2024 e o início de 2025, que afetaram a produção agrícola e pressionaram os preços. Ao longo do último ano, houve uma acomodação desses valores, especialmente em produtos como arroz, leite e derivados. Por isso, mesmo com algumas altas pontuais em 2026, o resultado agregado da cesta é de queda”, explica.

O arroz foi o principal destaque entre as redu-

ções, acumulando queda de 15,58% nos últimos 12 meses. O produto havia sido um dos mais impactados pela pressão de preços observada no período anterior. Outros itens relevantes para as receitas típicas da temporada, como maçã e farinha de trigo, também registraram recuos, reforçando o movimento de redução do custo da cesta.

O levantamento considera produtos tradicionalmente consumidos durante as festas juninas, entre eles leite condensado, bombom, goiabada, coco ralado, farinha de trigo, arroz, milho, maçã, abóbora, mandioca, aguardente e vinho.

## Classificação fiscal será estratégica para empresas na reforma tributária

Novo modelo da reforma tributária impõe uma mudança de paradigma que vai além da adaptação burocrática à simplificação de impostos. Nesta dinâmica, a classificação fiscal de mercadorias e serviços migra do campo operacional para o eixo estratégico das companhias. Segundo Kleber Martins, especialista em Desenvolvimento de Negócios da RGC Consultoria, o erro na tipificação de um item não resulta mais apenas em autuações isoladas, mas em um efeito cas-

cata sobre a carga tributária. “As consequências foram redefinidas: falhas no cadastro geram distorções prolongadas que afetam diretamente o compliance, a formação de preços e a margem de lucro, comprometendo a competitividade da empresa no longo prazo”, afirma.

Com a introdução do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o modelo de apurações consolidadas — que permitia o uso de tributos postergados como capital de giro — dá

lugar ao split payment. Este mecanismo prevê o recolhimento do imposto no ato da transação, conferindo ao Governo Federal capacidade de fiscalização a cada transação. Diante dessa transição, o cruzamento de dados torna-se imediato, e a digitalização total de processos, como a DUIMP e o Catálogo de Produtos, reduz drasticamente a possibilidade de interpretações ambíguas da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), transformando a classificação fiscal em um dos principais alvos

de auditoria.

Para atender a esse novo padrão de conformidade, Roberto Feitosa, head de Soluções de Tecnologia e Inovação da RGC, destaca que a tecnologia será a única saída para gerenciar o volume de dados exigido. “Hoje é impossível monitorar milhares de itens sem suporte sistêmico robusto. A inteligência artificial passa a ser um assistente essencial para garantir a acurácia, mas a palavra final deve ser sempre do especialista em classificação fiscal”, explica Feitosa.

# Dólar: comportamento em 2026 e perspectivas

Divulgação Nomad



Danilo Iglori

Por Jorge Priori

Conversamos com Danilo Iglori, economista-chefe da Nomad, sobre o comportamento do dólar em 2026 e as suas perspectivas.

## O que tem pautado o comportamento do dólar em 2026?

Existem alguns movimentos que pautaram o comportamento do dólar em 2026, mas há um plano de fundo que vem desde o início do governo Trump em 2025, formado pelas incertezas ligadas às tarifas, que já voltaram, e a quebra de acordos com aliados históricos, como Canadá, México e União Europeia. Isso gerou um movimento global de reposicionamento de portfólios com o objetivo de reduzir a concentração de recursos nos Estados Unidos.

Por mais que esse movimento tenha impacto sobre o dólar, ele não é dramático a ponto de, como algumas pessoas disseram, acabar com a moeda americana ou de fazê-la perder protagonismo. Essa pressão tendencial de enfraquecimento do dólar continuou em 2026, sendo que o grande evento que pode mudar essa história são as eleições em novembro.

Outro movimento, que também reforçou a tendência de enfraquecimento do dólar, era a perspectiva, que havia no início do ano, de que haveria espaço para mais dois cortes de 0,25 pontos percentuais da taxa de juros básica dos Estados Unidos. Essa visão estava calcada nos dois cortes feitos pelo Fed no final de 2025 tendo como base a preocupação em relação ao mercado de trabalho nos Estados Unidos.

Um ponto importante é que o reposicionamento dos portfólios globais levou recursos para os países emergentes, entre eles o Brasil. Como entrou muito dinheiro na Bolsa, isso fez com que o dólar ficasse mais barato em relação ao real.

Com o início da guerra em fevereiro, essa história mudou. Em um primeiro momento, a elevação de risco global fez com que os recursos alocados em países emergentes diminuíssem, pois a avaliação era de que valia mais a pena deixá-los nos Estados Unidos. Cabe destacar que março foi o único mês do ano em que o real se desvalorizou em relação ao dólar.

Com o desenrolar da guerra, que não acabou até hoje, a inflação voltou a crescer nos Estados Unidos e as perspectivas de redução dos juros americanos foram eliminadas, sendo que, mais recentemente, surgiu o pensamento de que talvez os juros. Isso fez com que o movimento de recursos para países emergentes fosse bloqueado. Inclusive,

uma parte dos recursos, que haviam ingressado no Brasil, já saiu.

Atualmente, o cenário inflacionário, que levanta preocupações, e alguns dados do mercado de trabalho, que vieram fortes, passaram a reforçar o cenário de manutenção ou aumento de juros nos Estados Unidos, o que parou de gerar um enfraquecimento do dólar nas últimas semanas.

No nosso cenário doméstico, nós tivemos o início do rally ligado ao cenário eleitoral. Isso porque o escândalo do Banco Master antecipou um processo que era esperado para o período eleitoral, o que elevou o nosso risco.

## Como o dólar deve se comportar até o final do ano?

Nos Estados Unidos, como o Fed possui dois mandatos, ele precisa trazer a inflação para a meta de 2% e manter o máximo emprego possível. Hoje, enquanto o mercado de trabalho, pelo menos no curto prazo, não está dando sinais de enfraquecimento, a inflação, ao que tudo indica, vai continuar piorando. Isso porque, além da guerra não estar com cara de que vai ser resolvida rapidamente, muitos especialistas do setor de petróleo estão dizendo que mesmo que ela acabe agora, já há um impacto muito importante na oferta de combustível. Com isso, o mais provável é que a inflação dos Estados Unidos se deteriore ainda mais, o que impactaria as perspectivas da taxa de juros americana, sendo que juros mais altos aumentam a atratividade dos ativos americanos, o que fortalece o dólar.

Além disso, nós temos um cenário de elevado risco global, muito baseado na guerra, que faz com que seja difícil calibrar o resultado líquido. Isso porque no mundo pré-Trump, quando o risco global aumentava, os recursos, tradicionalmente, iam para os Estados Unidos, mas depois de Trump, foram os próprios Estados Unidos que elevaram o risco global. Como disse, as ações de Trump levaram à saída de recursos dos Estados Unidos, só que recentemente, particularmente depois da guerra, isso já não ficou mais tão claro. Isso porque a elevação do risco global por conta da guerra fez com que recursos voltassem para os Estados Unidos, sendo que isso deve permanecer.

Pelo lado internacional, no meu cenário base, como a tendência de enfraquecimento do dólar foi muito atenuada, sendo que existe a possibilidade de que ela não exista mais, o câmbio deve ficar mais ou menos onde está.

Com isso, a atenção se volta para o cenário doméstico, pois à medida em que a eleição se aproxima, ela passa a ser o motor que pode mexer no câmbio. No meu cenário base, inde-

pendente de quem ganhe a eleição, nós vamos ter alguma pressão em cima do câmbio e volatilidade. Isso porque, além da definição do novo presidente, ele terá que anunciar o seu plano econômico, em especial o que vai fazer em relação à situação fiscal.

Em termos de projeção, que é muito difícil de se fazer, e mais ainda de se acertar, nós devemos ter um câmbio mais próximo de R\$ 5,50 do que de R\$ 5 no final do ano. Com relação à possibilidade de que o câmbio chegue a R\$ 6, eu não acredito nisso, a não ser que aconteça alguma coisa mais dramática que não está no radar nesse momento.

## O comportamento do real frente ao dólar está em linha com o comportamento das outras moedas?

O comportamento do real estava em linha com as outras moedas até meados de maio, sendo que o real havia ganho mais valor frente ao dólar, mas sem grande discrepância em relação às outras moedas. Contudo, a partir da segunda quinzena de maio, o real passou a perder valor frente ao dólar. Isso porque o cenário doméstico passou a pesar um pouco mais, o que fez com que o real se desvalorizasse em uma magnitude mais forte que as outras moedas em relação ao dólar.

## Em um ano de eleição, que naturalmente é mais volátil, o governo tem tido mais cuidados para que episódios como o do final de 2024 não se repitam?

Em termos de pressão fiscal, o governo está seguindo uma tradição de boa parte dos governos anteriores e aprovando bondades tendo em vista o ano eleitoral. O que mudou, é que ninguém está esperando algo diferente disso. No final de 2024, havia uma expectativa de que viria alguma coisa mais consistente em relação à redução de despesas do governo, o que acabou não acontecendo. Essa decepção foi o principal motor que levou o câmbio para R\$ 6,20.

Como não existe uma expectativa de que o governo mude essa situação até a eleição, isso já está no preço. Assim, o comportamento do governo até a eleição não deve pressionar muito o câmbio. Agora, terminada a eleição, vai haver muita expectativa em relação aos anúncios que serão feitos pelo próximo governo. Entre os analistas de mercado, existe uma espécie de consenso de que os agentes econômicos, sabendo que o governo não faria ajustes em ano de eleição, optaram por não fazer grandes pressões sobre o governo em relação à questão fiscal. Por outro lado, também existe um consenso de que em 2027, vai haver uma pressão muito forte para que essas questões sejam endereçadas.

Como eu não consigo antecipar o que nos espera, eu tenho um cenário base relativamente otimista, pois independente de quem seja eleito, o próximo governo vai ter que endereçar, pelo menos, o debate sobre as questões fiscais.

**De que forma a eleição de midterm dos Estados Unidos, que será realizada em novembro, pode afetar o dólar?**

Acredito que sim. Essa eleição será extremamente relevante para o cenário macroeconômico de 2027. Hoje, Trump tem as duas casas, Câmara e Senado, mas se ele perder a Câmara, ele vai ter muitas dificuldades para dar continuidade a sua agenda. Se Trump perder as duas casas, ele vai se tornar um lame duck (pato manco), com muitas dificuldades para aprovar alguma coisa que seja contra a visão democrata na segunda metade do seu mandato. Contudo, se ele levar as duas casas, o que hoje é muito pouco provável, ele vai ter a ratificação da agenda que gerou tantas mudanças geopolíticas e pisar no acelerador.

Em um cenário de enfraquecimento da atual administração, o dólar pode se fortalecer com o aumento da perspectiva de uma vitória democrata na próxima eleição presidencial, já que isso levaria a uma reversão das políticas que tem gerado tantas incertezas.

**SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 33.386.210/0001-19  
NIRE nº 3.330.013.730-1  
Companhia Aberta  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.** ("Companhia") a se reunirem no dia 10 de julho de 2026, às 09:30 horas, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em **Assembleia Geral Extraordinária** ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1 - Deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia, conforme Proposta da Administração, com a consequente alteração do Artigo 3º e consolidação do Estatuto Social, bem como sobre a autorização à administração para praticar todos os atos necessários à implementação, formalização e registro das deliberações eventualmente aprovadas. **Informações Gerais:** 1. Comunicamos aos Senhores Acionistas que os documentos relacionados às matérias constantes da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de Relações com Investidores da Companhia <https://www.sondotecnica.com.br/sobre-nos/reacao-com-investidores/> os documentos relacionados a este Edital. 2. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, além do documento de identidade, conforme o caso: a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 3. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia. Os acionistas que optarem por remeter o boletim de voto à distância ("BVD") diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até 05/07/2026, para o endereço eletrônico [ri@sondotecnica.com.br](mailto:ri@sondotecnica.com.br), vias digitalizadas em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o envio das vias físicas. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. 4. Os acionistas obterão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração, mediante solicitação através do e-mail [ri@sondotecnica.com.br](mailto:ri@sondotecnica.com.br). Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.  
**Daniel Bergman**  
Presidente do Conselho de Administração

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO**

O MM Juiz de Direito, Dr. Carlos Eduardo Pimentel das Neves Reis - Juiz Substituto do Cartório da 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER a quantos este edital virem e dele conhecimento tiverem, que por sentença deste Juízo nos autos da ação nº 0836586-58.2024.8.19.0001 foi decretada a CURATELA DEFINITIVA de Cleia Cardoso de Figueiredo Moreira, CPF nº 129672627-49, e nomeado como curador CARLOS ALBERTO CARDOSO, CPF nº 398.628.108-82. Este edital será publicado por três vezes com intervalo de 10 (dez) dias. Rio de Janeiro, 30/03/2026. Eu, Eliane Cassia Souza da Silva - chefe de serventia - matric. 01/14547, o subscrevo.

SINDICATO DE LAVANDERIAS E SIMILARES  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CNPJ nº 34.074.229/0001-92  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocadas todas as empresas da categoria econômica das lavanderias e similares no Município do Rio de Janeiro, para a Assembleia Geral Extraordinária, no dia 18 de junho de 2026, na Avenida Rio Branco nº 245, 31º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, às 11h, em primeira convocação e, não havendo quórum, em segunda e última convocação, às 11h30min, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) outorgar poderes ao Sr. Presidente para negociar e firmar Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos, bem como autorizar ou discordar quanto à instauração de Dissídio Coletivo de Trabalho pelo Sindicato de Empregados; 2) deliberar e fixar os valores da contribuição assistencial por toda a categoria econômica e a data do seu vencimento; 3) assuntos gerais. Apenas poderão deliberar o sócio da empresa ou o representante munido de procuração com poderes específicos. Rio de Janeiro, 12/06/2026. **Luis Fernando Clemente Gonçalves** - Presidente.

**CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.**  
CNPJ/MF nº 33.146.648/0001-20 NIRE nº 33.3.0006631-4  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL 2026. I – Data, hora e local:** 30 de abril de 2026, às 11 horas, na sede social da Companhia, na Rua Joaquim Palhares, 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **II – Mesa:** Sra. Zhimin Hu, como Presidente, e Sra. Cláudia Cid Varela Madeira, como Secretária. **III – Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia detentores de ações correspondentes à totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do livro de registro de presença de acionistas. **IV – Ordem do Dia:** (a) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; (b) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **V – Deliberações:** Foi deliberado, pelos acionistas presentes, por unanimidade: (a) **Aprovar** a lavratura da presente Ata em forma de sumário; (b) **Aprovar** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (c) **Aprovar** a destinação integral do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 41.020.026,43 (quarenta e um milhões vinte mil e vinte seis reais e quarenta e três centavos) para compensação do prejuízo acumulado até 31.12.2024. **VI – Publicações:** Na forma do artigo 133, §4º e art. 289, I e II, ambos da Lei das S.A., com a redação dada pela Lei nº 13.818/2019, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados no Jornal Monitor Mercantil e disponibilizados na página do mesmo jornal na internet, no dia 30 de abril de 2026. **VI – Encerramento:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Nada mais havendo a tratar e, como nenhum outro ponto foi levantado, a assembleia foi suspensa durante o período necessário para a presente ata ser lavrada, a qual, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VII – Presenças:** Mesa: Zhimin Hu, Presidente; Cláudia Cid Varela Madeira, Secretária. **Acionistas:** (a) CCCC South America Regional Company S.à.r.l. (representada pela Sra. Zhimin Hu); (b) CCCC Water Transportation Consultants Co., LTD. (representada pelo Sr. Cai Wei); presente a representante dos auditores independentes Sra. Sheila Conrado, Contador – CRC-RJ 086.265/O-4, da Baker Tilly Brasil (CRC-RJ 005.333/O-0). A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio, ficando autorizada a sua publicação. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026. Zhimin Hu - Presidente; Cláudia Cid Varela Madeira - Secretária. Jucerja nº 7829267 em 10/06/2026.

**JUIZODEDIREITODAVARAÚNICADACOMARCADEPARATY-RJ**  
EDITAL de 1º e 2º Leilão Presencial e Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, movida por SOYANE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO em face de RODRIGO ZAMBROTTI PINAUD, processo nº 0007830-88.2020.8.19.0041, na forma abaixo: O Dr. VICTOR FOLINI PEREIRA, Juiz da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a RODRIGO ZAMBROTTI PINAUD e SOYANE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, que em **19/6/26, às 12:00 hs.**, no escritório do Leiloeiro Público Oficial, sito à Av. Erasmo Braga nº 277 sala 501 – Centro – RJ e simultaneamente no site do leiloeiro, <https://ricartleiloes.com.br>, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **26/6/26**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer, na forma do art. 891 § único do NCPC e do art. 1.322, do Código Civil, os imóveis registrados no Cartório Único de RGI – Comarca de Paraty - RJ, matrículas nº 3772 (casa 7) e nº 3773 (casa 8), Rua Colibri nº 96 casas 7 e 8 – Condomínio Vera Cruz – Caborê – Paraty - RJ, avaliados as fls. 311 em 06/5/25, por R\$ 417.330,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, ou sinal 30% e restante em 15 dias, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na íntegra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprido assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 6/5/2026. Eu, Marcia de Jesus Carvalho, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dr. VICTOR FOLINI PEREIRA, Juiz de Direito.

# Resultados dos leilões de títulos públicos federais ganham novo formato

## BC e TN querem atingir o público em geral

O Banco Central do Brasil (BC) e o Tesouro Nacional (TN) passam a divulgar, a partir desta sexta-feira (12), um formato aprimorado dos resultados dos leilões de títulos públicos federais, disponíveis no site do BC (bcb.gov.br). “A iniciativa tem como objetivo tornar as informações mais claras, acessíveis e organiza-

das para o público em geral”, disse o BC.

Os leilões de títulos públicos são ofertas públicas realizadas para financiar a dívida do governo e controlar a volatilidade do mercado. Por meio deles, o governo emite ou compra papéis federais, como Tesouro Selic, Prefixados e Tesouro IPCA+.

O novo formato apre-

senta os dados de maneira mais legível e consolida, em um único relatório, informações que já eram públicas, mas que anteriormente eram encontradas de forma dispersa em diferentes documentos e páginas. Com isso, investidores, analistas e cidadãos passam a contar com uma visão mais completa e integrada dos resultados de cada leilão.

Outra inovação é a inclusão de notas explicativas para cada um dos campos apresentados. Essas notas esclarecem a definição e a metodologia dos dados divulgados, facilitando a compreensão por parte de públicos não especializados e promovendo maior transparência na comunicação das informações.

# Cade firma novo Acordo de Leniência este mês

Em três anos, o Programa de Leniência do Cade resultou em mais de 115 acordos firmados. Este mês, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) firmou um novo acordo voltado à identificação e investigação de condutas anticompetitivas no Brasil.

De acordo com o superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto, “a leniência produz resultados concretos, uma vez que permite identificar cartéis, auxiliar nas investigações e aprimorar a atuação estatal no combate a infrações à ordem econômica.” Recentemente, a autarquia lançou o Novo Guia de Leniência Antitruste, disponível em português e inglês. “O documento incorporou aprimoramentos destinados a ampliar a transparência, a previsibilidade e a seguran-

ça jurídica do processo de negociação.

O Programa de Leniência Antitruste do Cade possibilita às empresas e/ou indivíduos que participem, ou tenham participado, de um cartel ou outra prática anticoncorrencial, que, por denunciá-la ao Cade, obtenham total isenção, ou abrandamento, das multas e penas que lhes seriam aplicáveis, através da proposição de um acordo de leniência.

“É de extrema importância denunciar a conduta ao Cade o quanto antes, pois apenas a primeira empresa e/ou indivíduo a denunciá-la poderá celebrar acordo de leniência e ter a possibilidade de obter a total isenção ou abrandamento das sanções”.

Segundo o órgão antitruste, os interessados devem confessar e cessar sua participação no cartel, ou outra prática anticoncor-

rencial, denunciá-lo e colaborar em todo o processo de sua apuração, aportando informações e documentos relevantes para seu detalhamento.

O Cade dispõe de diferentes instrumentos para apoio às investigações e ao combate a infrações à ordem econômica. Cidadãos, empresas e advogados podem contribuir por meio de denúncias, inclusive anônimas, enviadas pelo Clique Denúncia, disponível no site do Cade. “A participação da sociedade é essencial para fortalecer a livre concorrência e promover um ambiente econômico mais justo e eficiente”, reforça o Cade.

### Atos de concentração

Na análise de atos de concentração, em 2025 o Cade recebeu 873 operações notificadas, que somaram R\$ 1,28 trilhões em valor

econômico, com destaque para os setores de geração de energia elétrica, indústria de transformação, mercado imobiliário e comércio varejista. Do total analisado, 818 operações foram aprovadas sem restrições, com prazos médios reduzidos, reforçando a eficiência e a previsibilidade do sistema brasileiro de controle de fusões e aquisições.

No enfrentamento às condutas anticompetitivas, a autarquia instaurou 90 investigações, abrangendo cartéis, condutas unilaterais e práticas comerciais uniformes. Em 2025, foram realizadas operações de busca e apreensão, firmados acordos de leniência e homologados 77 Termos de Compromisso de Cessação (TCCs), com uma arrecadação total de R\$ 669 milhões, sendo R\$ 280 em multas e os demais R\$ 389 milhões em contribuições pecuniárias.

# Bancos terão expediente especial durante os jogos do Brasil na Copa

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou nesta quinta-feira que agências e postos de atendimento bancário terão horário especial de atendimento ao público nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo Fifa 2026.

As agências que já abrem às 9 horas manterão o seu horário de abertura. Os horários de expediente dos postos de atendimento e das agências que funcionam em locais especiais, como shopping centers, aeroportos, serão informados diretamente pelo estabelecimento, caso a caso. Todos os estabelecimentos deverão afixar avisos sobre o horário especial de atendimento em local visível ao público, com antecedência.

Os canais digitais e remotos dos bancos, como internet e mobile banking, assim como as salas de autoatendimento, funcionarão normalmente nos dias de jogos da seleção brasileira,

seguindo os horários estabelecidos por cada instituição, a seu critério. O Pix, que funciona 24 horas todos os dias e feriados, poderá ser feito normalmente, reafirma a Febraban.

“A recomendação é que os clientes se programem com antecedência para realizar operações que exigem atendimento presencial e, sempre que possível, utilizem os canais digitais, que estarão disponíveis normalmente e oferecem conveniência, agilidade e segurança”, afirma Raphael Mielle, diretor de Serviços e Segurança da Febraban.

“A medida busca conciliar o atendimento à população com a segurança operacional das agências e dos serviços de transporte de valores, e está de acordo com a Resolução 4.880, de 23 de dezembro de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que autoriza as instituições financeiras a estabelecer o horário de atendimento ao público em suas dependências”, informa a Federação dos Bancos.

# Proposta sugere alteração na Lei de Falências

Uma proposta ainda em estágio “embrionário” foi aprovada, nesta quinta-feira, e está sendo objeto de discussão da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados. Ela sugere alteração na Lei de Falências e estabelece que o prazo para pedir indenização em casos de falência ou de recuperação judicial só comece após a decisão definitiva da justiça pela nulidade ou anulação do contrato ou do ato (negócio jurídico).

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa passar pela Câmara e pelo Senado. O texto aprovado é um substitutivo do deputado Professor Alcides (PSDB-GO) ao Projeto de Lei 4406/24, do deputado Evair Vieira de Melo (Republicanos-ES).

Na opinião do professor Alcides, a regulação da matéria contribui para “reduzir controvérsias interpretativas e para conferir maior previsibilidade à atuação dos agentes envolvidos nesses processos. Para ele, a mudança é especialmente importante quando a recomposição do patrimônio

da empresa depende da declaração de nulidade ou anulação do negócio.

Em 2024, o Projeto de Lei 4406/24 defendeu a alteração da Lei de Falências e Recuperação Judicial. Estabeleceu que o prazo para pedir indenização a credores só comece a contar após a decisão final da justiça de anular um contrato celebrado anteriormente e que tenha prejudicado o patrimônio da empresa.

A Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/2005), regula a recuperação (judicial e extrajudicial) e a falência de empresas no Brasil. Seu objetivo é evitar o fechamento de empresas viáveis, preservando a atividade econômica, os empregos e os interesses dos credores. A legislação estabelece alguns pilares para lidar com a crise financeira de sociedades empresárias.

Na recuperação judicial, por exemplo, o processo ocorre na justiça para renegociar dívidas e evitar a falência. A empresa continua funcionando normalmente enquanto elabora um plano de pagamento. Já na recuperação extrajudicial envolve acordo prévio e privado entre o devedor e seus credores, que depois é submetido à homologação judicial.

# Seguros de danos e pessoas cresceram 6,13% nos 4 primeiros meses do ano

Os seguros de danos e pessoas, excluindo o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), arrecadaram R\$ 74,80 bilhões nos quatro primeiros meses do ano, com crescimento nominal de 6,13% frente ao mesmo intervalo de 2025, informou, nesta quinta-feira, a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O setor supervisionado pela Susep obteve receitas de R\$ 34,61 bilhões em abril.

No acumulado de 2026, as receitas alcançaram R\$ 139,59 bilhões, uma queda nominal de 0,80% e uma queda real de 4,79% em relação ao mesmo período do

ano anterior. Os dados são citados no Boletim Susep, com informações sobre o desempenho dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro até abril de 2026.

Nesta edição, a novidade foi incluir informações sobre a aceitação de riscos provenientes do exterior pelas resseguradoras locais. Até março de 2026, esse volume alcançou R\$ 478,35 milhões, indicando a participação do mercado brasileiro de resseguros em operações internacionais de distribuição de riscos.

No acumulado até abril, as indenizações, resgates, benefícios e sorteios pagos à

sociedade totalizaram R\$ 84,31 bilhões.

Nos seguros de pessoas, o seguro de vida manteve desempenho positivo, com expansão nominal de 10,69% e crescimento real de 6,24% em relação aos quatro primeiros meses do ano passado.

Entre os seguros de danos, o seguro auto atingiu R\$ 20,26 bilhões em prêmios, apresentando crescimento nominal de 6,55% e real de 2,24% na comparação com o mesmo período de 2025.

“Essa linha de negócios respondeu por 42% dos prêmios dos seguros de danos”, destaca o boletim.

Nos produtos de acumulação, a arrecadação de

contribuições superou o pagamento de benefícios e resgates em R\$ 5,22 bilhões no acumulado do ano até abril. Os valores arrecadados são as contribuições e os valores retornados são os resgates e os benefícios.

No resseguro, R\$ 9,79 bilhões dos prêmios emitidos pelas seguradoras foram cedidos ao segmento nos quatro primeiros meses de 2026. O mercado supervisionado da Susep, no mês de abril, operava com 153 seguradoras, 12 entidades abertas de previdência complementar, 17 empresas de capitalização, 15 resseguradoras locais, 25 resseguradoras admitidas e 92 resseguradoras eventuais.